

UM OLHAR INCLUSIVO SOBRE AS TRAVESTIS E MULHERES TRANS NA CIDADE DO RECIFE ACERCA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O MERCADO DE TRABALHO

Juliana Ramos dos Santos¹

RESUMO

Os casos de transfobia são alarmantes na capital pernambucana, bem como em outras cidades brasileiras. As travestis e mulheres trans são totalmente estigmatizadas e sofrem todo tipo de violação de direitos sociais. Diante desta realidade, a pesquisa tem por objetivo analisar a Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS-PE), o espaço pioneiro existente na cidade do Recife que possibilita a luta pela visibilidade da população trans sobre as políticas sociais direcionadas ao mercado de trabalho, dando destaque a apresentação do espaço atuante na qualificação profissional e assim, construindo concretudes para o oferecimento de oportunidades na inserção ao mercado de trabalho formal. A metodologia consiste em uma pesquisa etnográfica e documental. A visita de observação institucional também compreende o método usado, realizada na (AMOTRANS-PE), a instituição pioneira da cidade do Recife, com intuito de coleta e realizar o levantamento de dados sobre a entidade e o público usuário. Foram observados os projetos sociais, os cursos oferecidos e a sua forma de atuação. Compreendemos, no decorrer dos resultados da pesquisa, que a (AMOTRANS-PE) é uma entidade pioneira em capacitar e formar o público trans para que consequentemente consigam ocupar uma vaga de emprego nas instituições formais, a habilidade de empreender, e consciência sociopolítica para defender direitos sociais. Sendo assim, o trabalho voltou a apresentar a atuação desse espaço, para dar visibilidade aos casos de transfobia em três cidades metropolitanas do Recife, no campo escolar, e no mercado de trabalho. É sobre as contrariedades das travestis e mulheres trans em se introduzir dentro do campo de trabalho formal e/ou permanecer.

Palavras-chave: Travestis; Mulheres trans; Mercado de trabalho; Transfobia; AMOTRANS-PE.

ABSTRACT

The cases of transphobia are alarming in the capital of Pernambuco, Recife, as well as in other Brazilian cities. Transvestites and trans women are totally stigmatized and suffer all kinds of violations of social rights. Faced with this reality, the research aims to analyze the Articulation and Movement for Transvestites and Transsexuals of Pernambuco (AMOTRANS-PE) the pioneer space existing in the city of Recife that enables the struggle for the visibility of the trans population on social policies directed to the market of work, highlighting the presentation of the active space in the professional qualification and thus, building concreteness for the offer of opportunities in the insertion in the formal job market. The methodology consists of a ethnographic and documental research. The institutional observation visit also includes the method used, carried out at (AMOTRANS-PE), the pioneer institution in the city of Recife, with the aim of collecting and carrying out data collection on the entity and the user public. The social projects, the courses offered and the way in which they operate were observed. We understand, in the course of the research results, that AMOTRANS-PE is a pioneer entity in enabling and training the trans public so that they can consequently occupy a job vacancy in formal institutions, the ability to undertake, and sociopolitical awareness to defend rights social. Therefore, the work turned to present the performance of this space, to give visibility to cases of transphobia in three metropolitan cities of Recife, in the school field, and in the job market. It is about the annoyances of transvestites and trans women in entering the field of formal work and/or staying.

Keywords: Transvestites; Trans woman; Job market; Transphobia; AMOTRANS-PE.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. E-mail: ju.ramos.santos@outlook.com.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo parte da perspectiva de oportunizar visibilidade às travestis e mulheres trans², da cidade de Recife, em virtude da necessidade de inserção destas pessoas ao mercado de trabalho formal, assim como, uma qualificação profissional. Uma vez que, sofrem uma série de violações de direitos sociais embasando-se neste artigo nas transgressões no âmbito da educação, e do trabalho, que deveriam ser garantidos pelo Estado, como aborda o artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

De forma inicial, é fundamental entender que a discriminação com as travestis e mulheres trans se inicia através da questão estrutural com base na formação cultural da sociedade ligadas ao binarismo de gênero. Segundo Almeida (2016, p. 08), o binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. O autor aborda que o que se defende a partir de estudos de várias áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais, é que as distinções biológicas não existem em absoluto. São múltiplas construções sociais que dão sentido aos corpos e ao que eles fazem.

Um dos privilégios mais comuns sustentados pelo binarismo é o que goza a maior parte do que está socialmente associado ao masculino, em detrimento da desvalorização da maior parte do que está correlacionado ao feminino (ALMEIDA, 2016). Conquanto, com a forte presença do conservadorismo na sociedade, o fato da pessoa nascer com o órgão genital masculino e simplesmente não se reconhecer enquanto homem, transitando para o gênero feminino, é inaceitável.

Nesse sentido, a transfobia se apresenta no cotidiano das travestis e mulheres trans em decorrência da sua identidade de gênero que é a forma como cada pessoa se percebe e se identifica, sendo pertencente ao gênero feminino, masculino ou outra possibilidade, independente do sexo que foi atribuído quando nasceu (CFESS, 2019).

Conforme Annêmona (2021), o termo transfobia foi criado para dar nome ao ato de preconceito e discriminação, o medo e/ou ódio contra pessoas transgêneros, nos quais são aquelas que não se identificam com o sexo biológico de nascimento com ambos os sexos ou nenhum deles. É desse modo que a transfobia age principalmente como uma exclusão social.

De fato, ninguém nasce com atitudes transfóbicas, trata-se de uma construção social, como aborda a autora Flor (2021), a coletividade foi ensinada, desde de cedo, a odiar as travestis. O

² De acordo com a Transcendemos, pensando no significado etimológico, o prefixo trans (oriundo do latim) significa “além de”, “para além de”, “o outro lado” ou “o lado oposto”. O termo é utilizado como um “termo guarda-chuva” e se refere a todas as pessoas com identidades trans: transexuais, transgêneros, travestis, pessoas não binárias, etc (TRANSCENDEMOS, 2020).

desconhecimento sobre quem são essas pessoas acarreta a discriminação e/ou a exclusão bem como as travestis sempre foram submetidas. Quando se fala “travesti” já se remete à prostituição, morte, a violência. Percebe-se que a sociedade tende a associar as travestis a esse conjunto de elementos que caracterizam a marginalização.

Outro fator que gera desconhecimento por grande parte da sociedade é sobre a diferenciação entre travesti e a mulher trans. Para Heliodoro (2022), trata-se de um equívoco assimilar o termo mulher trans com pessoas que realizaram o processo cirúrgico de adaptação de gênero. Por muito tempo, o senso comum acreditou que a mulher trans era a ‘mulher operada’. Enquanto travesti era a ‘pessoa que não operou’ e se parecia mais com homem. Esse pensamento é extremamente errôneo e abominável na conjuntura atual. Não diz respeito, com cirurgia ou com o que é mais feminino.

No entendimento de Hilton (2019), temos na sociedade mulheres que se reconhecem enquanto mulher trans e estão satisfeitas com sua genital, seu corpo, que não querem opera e também mulheres que se reconhecem enquanto travesti que querem mudar. É mais uma questão de auto nomenclatura e autonominação. As mulheres trans femininas, podem se colocar como: quero ser tratada enquanto travesti ou quero ser tratada como mulher trans do que uma diferença entre uma coisa ou outra.

Em conformidade com Flor (2019), o Brasil é um país que naturalizou um projeto de marginalização das travestis e mulheres trans e, assim, a sociedade civil aprende a não conviver no seu cotidiano e não fazem questionamentos sobre isso. A princípio, a autora relata que compreender tal processo de marginalização que essas pessoas foram submetidas, implica em perceber as diversas facetas da violência que são expostas.

Por conseguinte, a discriminação assim como, a rejeição com as travestis e mulheres trans se manifesta ainda na adolescência. Segundo a estimativa da Associação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA), a idade média com a qual pessoas trans são expulsas de casa é de 13 anos de idade, por seus próprios familiares, no caso das travestis e/ou mulher trans a expulsão ocorre devido a incompreensão do processo de transição para o gênero feminino.

O ambiente escolar não é diferente, trata-se de um lugar totalmente hostil para as travestis e/ou mulheres trans, dificultando sua permanência por serem constantemente vítimas de preconceitos, chegando a sofrer agressões físicas e psicológicas. São ceifadas do direito de estudar, partindo da perspectiva de que não abandonaram a escola por vontade própria, mas foram obrigadas a evadir-se em decorrência da transfobia que sofrem por parte dos próprios colegas de sala de aula e outros alunos ou alunas que compõem o campo escolar, que pode se expandir também a professores, gestores e funcionários.

Consoante com Robeyoncé³ (BRASIL DE FATO PERNAMBUCO, 2021), quando a escola não aborda expressões da sexualidade, ela compactua para a invisibilidade dos alunos e alunas que sofrem com suas próprias questões de ordem da sexualidade. A ausência de informação e da instrução referente à diversidade sexual contribuem para que as travestis abandonem o cotidiano escolar precocemente.

A inquietação para se trabalhar a temática se desdobra no motivo de Pernambuco ter um grave histórico de crimes contra as travestis e mulheres trans, que caracteriza a vulnerabilidade social que essas pessoas são expostas, principalmente por grande parte ter a prostituição como único meio de sobrevivência, vivendo em situação de rua. Outras inquietações partem da ausência desses corpos ocupando frentes de trabalho formal. A necessidade de potencializar políticas públicas que incluam as travestis e mulheres trans dentro do campo de trabalho profissionalizante e na modificação do imaginário do corpo social que nos faz pensar que o limite das mulheres trans femininas são as calçadas, vivendo da prostituição. Enfim, tais entendimentos fazem parte da justificativa do estudo, a desmistificação deste ideal.

Nesse contexto, buscou-se analisar qual espaço pioneiro existente na cidade do Recife possibilita a luta pela visibilidade das travestis e mulheres trans sobre as políticas sociais direcionadas à formação profissional e ao mercado de trabalho. A partir dos estudos, foi identificado a Articulação e Movimento para Travesti e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS-PE), instituição que atua no empoderamento da população trans, oferecendo cursos profissionalizantes com intuito de qualificar para o mercado de trabalho, para o empreendedorismo e na orientação sobre seus direitos. Seu trabalho acontece desde o ano de 2008, tornando-se a entidade precursora na capital pernambucana.

O presente artigo por ter sido escrito por uma mulher cisgênero, e não sendo o seu lugar de fala, justifica a escolha da temática pela intenção de poder contribuir com a promoção das lutas das travestis e mulheres trans, para que possam ser respeitadas no campo escolar, tornando-se um lugar mais inclusivo e respeitoso, inquietar o corpo social e o poder público sobre as instituições, que no apoio às causas trans, ultrapassem a superficialidade de datas comemorativas, partindo para uma real mudança na vida dessas pessoas, com a geração de vagas. Ao passo que, possibilite que as travestis e mulheres trans possam ser inseridas nesses espaços organizacionais, pensando em projetos possíveis, na sua permanência, transformando o espaço de trabalho livre de transfobia.

Os aspectos metodológicos utilizados para elaboração desse estudo, estão na pesquisa de

³ Robeyoncé é primeira advogada travesti, preta do estado de Pernambuco, codeputada pelas juntas do Partido Socialismo e Liberdade – (PSOL-PE) e bacharela em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. É ativista das pautas LGBTQIA+, do racismo e do feminismo. Sua figura acarreta uma enorme representações travestis pernambucanas por se sentirem representadas por outra travesti no cenário político, que compreende o preconceito, discriminação e as dificuldades que uma travestivivência na sociedade.

netnografia e documental. A pesquisa de netnografia foi realizada por meio de autores que dialogam com a temática em ambientes virtuais, como Guilherme Almeida (2016), Robeyoncé Lima (2021; 2022), Ana Flor (2021; 2022), Giovanna Heliodoro (2022), Maria Clara (2021; 2022), dentre outros e outras. A pesquisa documental se deu por meio do uso de jornais com matérias e entrevistas que abordam a transfobia e o mercado de trabalho no Brasil, e nas cidades metropolitanas do Recife, bem como, também, com vídeos, visitas de observação e de campo no espaço pioneiro, a AMOTRANS, também fazem parte. Tais métodos aplicados para responder a problematização imposta: qual espaço pioneiro existente em Recife que possibilita a luta pela visibilidade das travestis nas políticas sociais direcionadas à formação profissional e ao mercado de trabalho?

O estudo está estruturado, primordialmente, em quatro subtítulos: o primeiro, Contexto histórico da identidade travesti; o segundo, Transfobia no âmbito escolar; o terceiro, Mercado de trabalho para travestis e o quarto, Articulação e movimento para travestis e transexuais de Pernambuco (AMOTRANS – PE): espaço pioneiro em Recife que visibiliza à formação profissional e inserção ao mercado de trabalho a população trans.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA IDENTIDADE TRAVESTI E DA MULHER TRANS

De acordo com Caldas (2022), o termo travesti nasceu dentro das ditaduras da América Latina com um jeito de designar, de forma absolutamente pejorativa, as pessoas que não se enquadravam dentro do padrão cis normativo. A autora relata, que o movimento trans latino-americano se empodera da sua própria história ressignificando a palavra travesti como um símbolo de força, de unicidade e de revolução.

Caldas (2022), enfatiza que travesti é uma força que não se traduz. Porque não é só uma palavra, mas um movimento, uma identidade, um símbolo de resistência, de amor, força e de luta política. Já Clara (2022), explica que o termo travesti não é apenas um termo, ele carrega uma simbologia, uma representação, um papel social, um lugar social específico no Brasil. A autora Clara (2022) relata que traduzir o termo travesti,⁴ toda historicidade do movimento travesti no Brasil, inclusive de ter reclamado um termo foi usado de forma pejorativa durante anos e ressignificado, traduzir o termo faria perder um pouco da noção de posição no mundo.

Travesti é uma pessoa que tem a expressão de gênero diferente da que lhe foi designada ao

⁴ Contudo, vale a pena mencionar que os termos trans, transgênero e transexual podem ser utilizados tanto para identidades masculinas, quanto femininas. Já o termo travesti é utilizado apenas para pessoas trans com identidades femininas. (Disponível em: <<https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans/>>. Acesso em 17 jun. 2022).

seu nascimento. Na maioria de suas expressões, a travestilidade se manifesta em pessoas designadas do gênero masculino, mas que objetivam a construção do feminino, por meio de suas roupas, comportamento, podendo incluir ou não procedimentos estéticos e cirúrgicos. Muitas vezes considerada, transgênero, terceiro sexo ou não-binária⁵ (Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+, 2021, p. 11).

Para Maria⁶ (2022), a travesti é uma identidade de gênero feminino, que não se encontra em outras línguas e não tem tradução, bem como, não existe masculino de travesti, ou seja, é a travesti e ponto. Como defende Almeida, não faz sentido e é ofensivo chamar a qualquer uma delas de “o travesti”. O tratamento mais respeitoso e coerente com o que a pessoa afirma é, portanto, “a travesti” (ALMEIDA, 2016, p. 11).

Maria (2022) também relata que nem sempre a travesti se identifica de uma forma binária, ela não é homem e não necessariamente mulher. Ela é travesti. Uma mulher pode ser trans e travesti e pode ser só travesti, que é quando ela não se identifica com a forma binária de mulher como se conhece, mas ainda é uma figura feminina, portanto de pronomes feminino ela/dela.

Entender a diferença da travesti para a transsexual, conforme Heliodoro (2022), passa por um processo também de entender a história dessa identidade no Brasil, e na América Latina, entender como foi marginalizada ao ponto de ninguém mais querer falar a palavra travesti e achar que é um xingamento. Uma pessoa que foi considerada do sexo masculino quando nasceu, mas que passou a se identificar (em qualquer momento da vida) como do sexo feminino, é uma mulher transexual (ALMEIDA, 2016, p. 10).

Almeida (2021) aborda que é necessário contextualizar o que representa cada identidade. Durante muito tempo a terminologia travesti carregou uma carga muito negativa, uma carga mitológica, uma construção do mito social construído em volta sobre o que é ser uma travesti. Identidade no qual parte desse lugar de não se identificar nem com o gênero feminino nem com o gênero masculino que é a construção/essência da travesti.

Dentro dessa identidade se possuem uma infinidade de possibilidades desde de que as travestis se identificam apenas como mulher ou pessoa não binária. Lin da Quebrada, fala que a travesti tem seu lugar da falha que é um lugar de quem não supriu as expectativas que a sociedade cria acerca do que é ser uma mulher. É a terminologia da mulher trans que vem para patologizar as identidades.

⁵ De acordo com Glossário do Plano, não-binário, não-binária, ou não binária são pessoas não-binárias podem transitar entre dois gêneros, podem não se encaixar em nenhum dos dois gêneros, podem ter mais de um gênero, podem se aproximar mais de um ou do outro, podem ou não ser pessoas trans. Ser não-binário não está necessariamente ligado a aparência da pessoa, mas forma como ela se sente e enxerga a sociedade que vivemos (Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+, 2021, p. 12).

⁶ Adriana Maria é uma blogueira da cidade do Rio de Janeiro. Pela sua identidade transsexual, é criadora de conteúdos nas redes sociais, com o intuito de ampliar conhecimentos sobre as pessoas trans.

Surgiu de um viés patológico que a mulher trans era vista como uma doente que nasceu no corpo errado, era isso que a medicina falava, que a pessoa estava sofrendo com o transtorno de identidade de gênero. No qual, só foi sair do código internacional de doenças CID em 2018 e deixou de ser um tipo de transtorno mental se transformando em outro CID. A travesti surgiu de uma marginalização que é a drogada que está na rua, que aceita sua genital. O senso comum tenta diferenciar os dois termos em base no genital, com base se vai ou não fazer cirurgia de redesignação sexual, e todas imposições possíveis em torno desses dois termos (ALMEIDA, 2021).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Nova edição da CID 11, a transexualidade sai, após 28 anos, da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero” (DESPATOLOGIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS E TRAVESTIS, 2019).

Incongruência de gênero é o termo que se refere às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. As pessoas trans passaram a ser reconhecidos e reconhecidas como pessoas que podem necessitar de cuidados médicos, especialmente durante um processo de transição de gênero (que envolve cirurgias e terapia hormonal) e não, requerer ao tratamento psiquiátrico (BRASIL DE FATO PERNAMBUCO, 2019).

Almeida⁷ (2021) relata que pra se fazer uma analogia mais entendível sobre o que foi construído sobre a bicha e o homossexual, que quando um homossexual assume sua orientação sexual, a sua família, vai ouvir por parte dos seus familiares “não seja tão afeminado”, “não vá desmunhecar na rua”, baseado na bicha que foi construído pela sociedade, porque a construção do que é a bicha e uma construção marginalizada e pejorativa, e o homossexual tem essa construção que é mais digna de respeito.

A Autora afirma que existem espaços que precisam se identificar enquanto mulher trans, porque se afirmando enquanto travesti as pessoas as enxergam com toda aquela marginalidade que o termo travesti carrega existe um peso bem diferente entre os dois termos, ambas identidades continuam sendo a mesma coisa. Mas na prática não é tanto parecido e entender essa diferença parte do contexto histórico, e sobre auto identificação que parte também desse entendimento do que representa esse gênero porque quando se fala travesti existe um diálogo com a periferia, e a negritude (ALMEIDA, 2021).

No entendimento de Durso⁸ (2021), a travesti, por muito tempo, foi designada como

⁷ Gabriella Almeida é travesti, hair stylist, performer, militante.

⁸ Alina Durso, é uma blogueira da cidade de São Paulo, travesti e ativista das causas trans. Criadora de conteúdo, com

homem que se traveste de mulher, mas o movimento trans conseguiu ressignificar esse pensamento errôneo. Tem mulheres que se identificam como mulher trans, outras só como travesti, outras utilizam as duas nomenclaturas. O termo trans, transgênero, mulher trans e homens trans surgiu através de uma patologização de que essas pessoas nasceram nos corpos errados um homem que nasceu no corpo errado, uma mulher que nasceu no corpo errado, então por muito tempo o termo trans, homem trans e mulher trans, carregou muita patologia ditas de pessoas que nasceram no corpo errado, como forma de adequação no padrão cisgênero.

Mas não é isso que difere uma mulher trans da travesti, o senso comum acredita neste dito mas na verdade a única diferença que existe é a auto identificação. A autora Durso (2021), prefere se identificar como travesti por ser um termo político, termo que carrega um peso gigantesco, apesar de se ter um peso diferente chega em ambientes de trabalho dizendo que é uma mulher trans é uma coisa, agora ao chegar dizendo que é uma travesti se torna um peso muito maior que já se remete a prostituição, a marginalidade o termo travesti carrega muito estereótipos, o termo também leva uma questão de raça não é só uma identificação.

Segundo Hilton⁹ (2019), a diferenciação da mulher trans para a travesti se dá por uma questão semântica e por um uso maldoso da ciência médica que a mulher trans é uma pessoa que tem uma discordância absurda que beira a disforia de gênero com seu próprio corpo a não aceitação da genitália. No caso da travesti é uma pessoa que se traveste com roupas do gênero oposto.

Para o senso comum, mulher trans é quem quer ou já operou sua genital, entretanto a travesti é um homem que não quer operar sua genitália mas só quer se vestir de mulher. É uma cena política, se existe o estigma e o estereótipo todo da travesti e existe essa questão patológica da nomenclatura da mulher trans. A autora afirma que talvez não se encontre em nenhuma das nomenclaturas talvez não queira ser nem travesti, e talvez nem mulher trans, no qual no imaginário social da sociedade civil, a mulher trans é a doente a patologizada, a travesti seria um homem vestido de mulher.

A autora Hilton (2019), enfatiza que nenhum dos dois termos a contemplam, afirma não ter a intenção de destruir a palavra travesti, e/ou mulher trans, principalmente a palavra travesti que é símbolo de luta na Operação Tarântula, no regime militar, tendo em vista na conjuntura atual, as

intuito de levar conhecimento sobre as pessoas trans.

⁹ Erika Hilton é vereadora eleita da cidade de São Paulo. Negra e transvestigênera, foi a mulher mais bem votada em 2020 em todo o país, a mais votada do PSOL e é a primeira trans eleita para a Câmara Municipal paulistana, com mais de 50 mil votos. É ativista dos Direitos Humanos, na luta por equidade para a população negra, no combate à discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ e pela valorização das iniciativas culturais jovens e periféricas. Nota: Este texto foi produzido por e é de responsabilidade do gabinete de Erika Hilton. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/erika-hilton/>>. Acesso: 02 jul. 2022.

travestis da época do regime militar que vinham abrindo os caminhos na rua, lutando contra o sistema. Não achava interessante esses termos porque vinham carregados de estereótipos, violentos e/ou estigmas não condizentes com a realidade dessas mulheres trans femininas.

Hilton (2019), se autodenomina como transvestigênera: toda pessoa não cisgênera, toda pessoa que não é cisgênero, pessoa trans, travestis, homem trans, mulher trans, não binária, gênero fluido, pode ser transvestigênera. Pois, quando se fala em espaços públicos ou redações da mídia, trazem as pessoas transexuais, percebe-se que as travestis ficam de fora porque existe um número de pessoas que não se reconhecem como transexuais, e sim como travesti então transvesti gênero resolveria esse problema porque abarcaria os dois termos.

Em conformidade com Flor (2021), na adolescência, fomos ensinados e ensinadas a ter medo das travestis, apesar de nem saber o que era uma travesti. O Brasil construiu sobre a identidade travesti traços de periculosidade. O medo das travestis está interligado a transfobia, sendo parte do processo que garante que a vida e a identidade travesti sejam tidas enquanto precárias e permaneça às margens da sociedade. Ter medo de uma travesti trata-se de uma construção social transfóbica brasileira que paira sobre o imaginário social no que diz respeito às travestis.

Segundo Heliodoro (2021), foi construído um imaginário de que as travestis são violentas, que travestis machucam. As travestis durante a década de 1970 e 1980 foram extremamente perseguidas, assim como aos dias atuais, mas existiam operações como *Operação Tarântula*, que é um marco na história do movimento trans, que é quando a polícia resolve agir com um plano muito bem arquitetado para poder caçar as travestis, com intuito de poder eliminá-las das ruas.

De acordo com Márcio Cruz, delegado-chefe na época, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo em 2018, o nome veio do fato de aranhas terem “vários braços, braços longos”. Era assim que, principalmente, travestis estavam sendo vistas na época (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2021).

A Operação Tarântula motivada pela polícia civil de São Paulo que teve início durante o regime militar, foi bastante dura com as pessoas LGBTQIA+¹⁰ de modo geral. Se existia uma lei que era a lei da vadiagem – decreto 3.688/41 que era o fato de uma pessoa LGBTQIA+ está nas ruas e os policiais capturavam e levavam para a delegacia pra fazer quase que um fichamento tiravam fotos e colocavam as travestis como se fossem uma listagem e depois de um tempo começou a se gravar começou a se torna quase que uma caça às travestis. Começou em 1987 e em 15 dias capturou mais de 300 travestis, os policiais civis pegavam as travestis e tinham como dito

¹⁰ De acordo com Bluevision, a sigla LGBTQIA+ significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual, e o “+” abriga todas diversas possibilidades de orientação sexual/ou de identidade de gênero que existam (BLUEVISION, 2017).

que iriam devolver as travestis masculinizadas. Mas de tal forma, os policiais civis da época, expuseram na mídia para a sociedade, que essa caça as travestis era um viés de combate a AIDS para não poluir a população, no qual as travestis estavam poluindo as cidades de São Paulo e foi daí que deu inicio a operação. As travestis para resistir as prisões se cortavam com navalhas para expor o sangue, com intuito de mostrar que o seu sangue estava contaminado com o vírus da AIDS afugentando os policiais civis (ALMEIDA, 2021; DURSO, 2021).

Durante os anos 80 a Aids era uma epidemia conhecida popularmente por contaminar os homens gays e causou a morte de milhares de pessoas pela falta de tratamento para o vírus, que incapacita o sistema imunológico e torna quem o contrai vulnerável às milhares de doenças existentes. Nessa época a distinção entre ser travesti ou gay era algo pouco compreendido na sociedade, o que só mudou com o avanço das discussões sobre gênero e sexualidade com o passar do tempo. Apesar da diferenciação entre os dois grupos não ser clara e de ambos serem alvos de violência, eram as travestis quem conviviam nas esquinas e ruas noturnas, recorrendo à prostituição para poder sobreviver e, assim, ficando sempre mais vulneráveis ao vírus HIV, uma IST (Infecção Sexualmente Transmissível) causadora da Aids. Essa maior vulnerabilidade ocorria porque nem sempre durante os programas era possível garantir o uso da camisinha, tanto pela maior dificuldade de acesso ao preservativo e a baixa conscientização sobre sua importância na época, como pelo fato de o “cliente” muitas vezes não aceitar o uso, uma realidade vivida até os dias atuais. Diante dessa situação, em 1987, a Polícia Civil de São Paulo organizou a Operação Tarântula, que utilizou a epidemia como justificativa para oficializar a violência contra as travestis. A operação, que só em seu primeiro dia a operação apreendeu 56 pessoas, demonstrou que mesmo com o processo de democratização o Estado não perdia seu caráter opressivo. Em entrevista ao Jornal “Folha de São Paulo” o Delegado-chefe contou que as acusações da polícia eram de “ultraje ao pudor e contágio venéreo”, explicitando em seu discurso que para o Estado as travestis não eram reconhecidas como pessoas de direito pois, estando elas em situação de exploração sexual e expostas a doenças, o órgão mobilizado para lidar com a situação foi a polícia, um aparelho de violência (A VERDADE, 2021).

Segundo o delegado chefe das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo, Degran, Márcio Prudente Cruz, o objetivo da ‘Operação Tarântula’ seria de ‘espantar a freguesia’ e assim diminuir a propagação da AIDS. A repercussão da operação foi terrível, sendo suspensa dias depois do lançamento e motivando diversas críticas ao “uso de métodos coercitivos e policiais para combater a propagação da Aids” (Folha de SP, 02/03/1987). O que fez com que o delegado Cruz precisasse adaptar seu discurso: “Trata-se de uma ação para combater a prática pública de atos obscenos. Uma vez detidos, os travestis poderiam receber algum folheto explicativo sobre o perigo da Aids”. Prisão para distribuição de panfletos. No entanto, a despeito

do absurdo total dessa operação, houve quem acreditasse que ela se justificava (BUZZQUEER, 2022).

Em 10 de março do mesmo ano, a ação foi suspensa após o então secretário da Segurança, Eduardo Muylaert, intervir na situação. No qual na época se encontrou com movimentos que lutavam em prol dos direitos LGBT+, que também enviaram uma nota de repúdio à Secretaria Estadual da Segurança Pública, dando fim a essa terrível operação (AVENTURAS NA HISTÓRIA, 2021).

3. TRANSFOBIA NO ÂMBITO ESCOLAR

O campo escolar, para maioria das travestis, se trata de um lugar totalmente hostil por serem constantemente vítimas de discriminação e práticas de bullying em decorrência da sua identidade de gênero. Posto que, de fato são expulsas, quando nas instituições escolares alunos, professores, gestores e funcionários se apropriam de discursos e atitudes transfóbicas.

Em junho de 2019, foi estabelecida a criminalização de homofóbicos e transfóbicos. O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu a criminalização da homofobia e da transfobia. Os ministros consideraram que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais devem ser enquadrados no crime de racismo. Conforme, a decisão da Corte: praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito em razão da orientação sexual da pessoa poderá ser considerado crime a pena será de um a três anos, além de multa; se houver divulgação ampla de ato homofóbico e transfóbico em meios de comunicação, como publicação em rede social, a pena será de dois a cinco anos, além de multa (G1 GLOBO, 2019).

Entretanto, a discriminação contra essas pessoas existe e está enraizado em pensamentos antiquados. O preconceito é o principal fator para a evasão escolar das pessoas trans. De acordo com uma pesquisa sobre a escolaridade de pessoas transexuais realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2018, cerca de 0,02% das pessoas trans estavam na universidade. Os dados mostraram que 72% não possuem Ensino Médio e 56% não completaram o Ensino Fundamental (ALMA PRETA JORNALISMO, 2021).

Consoante Annêmona (2021), a transfobia não vem apenas de áreas ou locais e, sim, a sociedade, e, por isso, uma escola bem preparada para o recebimento, ou melhor, acolhimento de alunas ou alunos trans, muda completamente a visão de outros estudantes. Entre os problemas que tiram as pessoas trans da escola estão a falta de respeito com o nome social e de esforços para mudar as maneiras de acolhimento educacional. Em virtude, da ausência de políticas na educação que torne o ambiente escolar, inclusive tenciona o fato de muitas meninas travestis não possuírem uma boa capacitação profissional.

De acordo com Robeyoncé (2022), existe no sistema de ensino brasileiro uma dificuldade na abordagem das temáticas de gênero e orientação sexual, nos quais se traduzno desrespeito ao uso do nome social e do banheiro. A Codeputada estadual relata que quando se aborda esses temas, é de maneira pontual, como no Dia de Combate à LGBTQIA+fobia. Faz-se algum trabalho escolar ou exposição breve em sala de aula, mas sabe-se que, pelas diretrizes curriculares, são temas transversais, deveriam ser abordados em todas as disciplinas.

Nesse sentido, é destacável apresentar casos de transfobia ocorridos dentro do âmbito escolar em cidades metropolitanas do Recife, território escolhido pela pesquisa. Como metodologia, foi feito um levantamento de jornais que abordassem casos de transfobia na capital pernambucana. Os periódicos selecionados para desenvolver o trabalho foram o “Brasil de Fato Pernambuco”¹¹ e “Alma Preta Jornalismo”¹², dentre outros, que são sistemas de comunicação que atuam na perspectiva da interlocução popular através do jornalismo qualificado e independente.

Conforme as fontes de jornais utilizadas, foi possível ter alcance de notícias que trazem relatos de travestis que vivenciaram discriminação nos espaços escolares em cidades metropolitanas do Recife, que, a seguir, poderemos ler alguns relatos:

Duas estudantes trans foram vítimas de transfobia na Escola Estadual Maria Alves Machado, no município de Paulista, na Região Metropolitana do Recife. Em vídeo divulgado nas redes sociais, as alunas aparecem sendo hostilizadas por outros adolescentes, com gritos e xingamentos, ao tentarem entrar na fila feminina da merenda. Na saída, ainda jogaram comida nelas e as chamaram pelo nome de registro. O desrespeito à identidade de gênero das jovens também é repetido por alguns professores que, segundo elas, se recusam a usar seus nomes sociais (BRASIL DE FATO PERNAMBUCO, 2022).

Celeste (2021), vivemos em uma estrutura que é transfóbica e que ensina crianças e adolescentes como instrumentalizar o ódio às travestis.

Aluna trans, de 17 anos, usou sua página na rede social como uma janela de desabafo sobre a falta de respeito em relação a sua identidade com a chegada de um novo gestor de religião evangélica, que assumiu a instituição estadual onde estuda, no município de Itapissuma. Após a chegada do diretor, foi impedida de usar o banheiro

¹¹ O Brasil de Fato Pernambuco é um sistema de comunicação que trabalha na cobertura da realidade das diferentes regiões do estado, do litoral ao sertão, procurando uma versão popular de Pernambuco, do Brasil do Mundo. É um portal na internet, como também conta com educação de jornal impresso semanal e distribuído gratuitamente no estado de Pernambuco. Temas como cultura, direitos humanos, política, cotidiano e cultura são tratados diariamente, além de produções sobre outras atividades e serviços. Os jornalistas e colaboradores fazem parte de movimentos populares de Pernambuco. (Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/quem-somos>. Acesso em 05 abr. 2022).

¹² De acordo com o editorial, A Alma Preta é uma agência de jornalismo especializada na temática racial, no qual tem o objetivo de construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente. Tem uma visão voltada para informar a sociedade de maneira objetiva e apresentar a possibilidade de uma sociedade menos violenta e desigual e tende a realizar uma técnica da realidade com cuidado.

feminino. A jovem conta que um funcionário da escola, orientado pelo superior, informou que o espaço “não era banheiro de homem”, pedindo para a estudante se retirar e ir direto à sala do gestor. “Ele chegou na ignorância, dizendo que lá não era lugar de homem. Eu simplesmente olhei para um lado e para outro e perguntei se tinha algum homem ali. Ele respondeu dizendo que eu era homem e deveria estar no outro banheiro. Falei que não. Não sou homem, sou uma mulher”. A aluna conta que o diretor a informou de que ela não poderia continuar acessando o banheiro feminino. Também estaria impedida de participar da fila feminina durante as refeições e ainda seria afastada das atividades que liderava (ALMA PRETA JORNALISMO, 2021).

De acordo com Nunes (2021), a comunidade escolar precisa entender que não é facultativo acolher o/a adolescente trans. É um espaço que também ajuda a criar identidades, através de normas e padrões, até porque uma das funções da escola é exatamente a de construir os sujeitos para serem incorporados na maquinaria e organicidade social. O autor afirma sobre se fazer necessário, que as escolas sejam um lugar de acolhimento, de respeito à orientação sexual, diversidade de gênero e de educação inclusiva, no combate à transfobia.

Destacável apresentar duas travestis pernambucanas que trabalham com excelência, fugindo do padrão que a sociedade tende a querer fixar às travestis, que são as margens: Maria Clara Araújo Passos, travesti, pernambucana e pedagoga, deu início à sua trajetória acadêmica na Universidade Federal em Pernambuco (UFPE), finalizando o curso de Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Maria Clara relatou no Congresso Brasileiro Virtual de Diversidade Sexual e de Gênero: segurança, educação, saúde e família: debates interdisciplinares que se percebeu travestias aos 16 anos enquanto estava cursando o terceiro ano do ensino médio em uma escola localizada na cidade de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife. Ao se declarar travesti, a escola colocou inúmeras barreiras para sua permanência. O uso do nome social gerou uma discussão imensa e extremamente vexatória, bem como qual banheiro a mesma usaria, visto que, não poderia usar o banheiro feminino e nem o masculino, por já ter passado por uma situação de agressão no sanitário masculino. Para o momento, a decisão dos gestores da instituição escolar foi de abrir o acesso do banheiro dos professores para a aluna. Tais situações poderiam ter sido imperiosas para a evasão da Maria Clara do âmbito escolar (II CONGRESSO BRASILEIRO VIRTUAL DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO CDSG/OAB-PE, 2021).

Diante do exposto, se faz necessário nos questionarmos sobre quais investimentos e quais políticas são executadas em prol das travestis para sua permanência no campo educacional, ao fato de que a Constituição Federal não é o bastante para garantir esse direito social que é a educação.

Ana Flor Fernandes Rodrigues é uma travesti pernambucana. Foi a primeira travesti pedagoga formada pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Afirma que não serve de modelo, mas sim como possibilidade. Será primeira também a enxergar um novo caminho de possibilidades para as travestis, de ir em busca da conquista de espaços

que também devem pertencer a elas. De certa forma, para uma travesti chegar em uma universidade, precisa-se primeiramente concluir ensino médio, no entanto, para isto os gestores, e professores no campo escolar precisam desconstruir, esse ódio que foi ensinado contra as travestis (ALMA PRETA JORNALISMO, 2021).

O ódio é uma construção social e política. No caso do ódio contra as travestis e mulheres trans, é uma “escolha” ignorante por uma violência transfóbica. Violência essa que foi ensinada. Todavia, se aprendemos, podemos desconstruir. Ou melhor: destruir. É uma escolha que não deveria ser uma escolha. Afinal, os direitos humanos não se negociam, mas o Brasil é um país que insiste em violentar aquilo que chama ou conhecemos por “diferença” (FLOR, 2019).

Como afirma Flor (2021), é preciso entender a importância da educação na vida das pessoas e os impactos que o ensino pode propiciar à vida delas. E por fim, que as travestis dentro do campo escolar e acadêmico se torne algo comum. Para não precisar anunciar quando fomos as primeiras.

O percentual de pessoas trans que não concluíram o ensino médio, cerca de 64,1%, caindo por terra a narrativa de que as pessoas trans “abandonam” a sala de aula e cometem evasão, ou seja, não há abandono, existe a “expulsão”, pois uma vez que esses seres humanos estão num local que não as convida a fazer parte dele, a única saída possível é deixar de frequentá-lo, uma vez que seu nome social não é observado, existe o impedimento de frequentar o banheiro do qual seu gênero se sente representado ou até mesmo não há sequer uma abordagem de temas sobre Transfobia ou LGBTFOBIA, fatores que colaboram com a indisposição de ir às aulas e se transforma em uma exaustão e, mais cedo ou mais tarde, vira desprezo culminando na desistência forçada (REDETRANS; CENSO TRANS; FRANÇA, 2022 p. 19).

Ainda em 2016, a Rede Trans Brasil divulgou os primeiros dados das primeiras pessoas trans que conseguiram registrar seus nomes sociais no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, 105 pessoas, de todo o Brasil, conseguiram que essa identificação fosse observada e respeitada; observou-se uma crescente procura pelo nome social em anos posteriores, demonstrando, assim, que essa população sempre se interessou pela educação, porém, a educação nunca tinha sido convidativa nem inclusiva para essas pessoas se sentirem seguras e participativas (REDETRANS; CENSO TRANS. FRANÇA, 2022 p. 19).

A Rede Trans identificou que esse acesso crescente à educação se deu por uma crescente população jovem: cerca de 69,7% das pessoas trans no Brasil são jovens com até 29 anos, mais que a metade ativa desse percentual de população brasileira. Nesse caso, se existe uma população jovem de pessoas trans, é necessário garantir o acesso à educação, o aconchegamento a algum mecanismo que garanta a aproximação a cursos profissionalizantes e conseqüentemente o adito ao mercado do (REDETRANS; CENSO TRANS. FRANÇA, 2022 p. 19).

O grande percentual dessa população ainda estaciona na inconclusão do ensino fundamental com 33,9 % mas, existe um crescente número de pessoas trans finalizando o ensino médio com 32,4%. É com as estratégias de garantir as políticas do nome social, nos municípios e nos estados (distrito federal), que esses números podem aumentar, visto que, concluindo o ensino médio, sabe-se que estão a um passo de se submeterem ao ENEM e, conseqüentemente, adentrarem ao ensino superior para garantir uma profissão numa sociedade transfóbica e cisgênera que as pessoas trans lidam todos os dias (REDETRANS; CENSO TRANS. FRANÇA, 2022 p. 21-22).

Que, no futuro, essa população, consiga não só concluir sem nenhum tipo de preconceito transfóbico sua vivência escolar/técnica/acadêmica, como através de seus bons currículos, sejam absorvidas também pelo mercado de trabalho. Que essa população se insira mais rapidamente no mercado de trabalho conforme sua formação e que a escola/universidade catapulte essas pessoas cada vez mais longe em seus desejos e sonhos (REDETRANS; CENSO TRANS. FRANÇA, 2022 p. 21-22).

A resolução que autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. Com o documento, maiores de 18 anos podem solicitar que a matrícula nas instituições de ensino seja feita usando o nome social. No caso de estudantes menores de idade, a solicitação deve ser apresentada pelos seus representantes legais. Representa um princípio elementar do respeito às diferenças, do respeito à pessoa humana e ao mesmo tempo de um combate permanente do Ministério da Educação contra o preconceito, o bullying, que muitas vezes ocorre nas escolas de todo o país. É um passo relevante para o princípio do respeito às diferenças e o combate aos preconceitos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

É extremamente contraditório, termos leis que garantam esse direito das pessoas trans, em utilizar o nome social, no campo escolar, mas todavia, não são respeitados. O Ministério da Educação, deveria fiscalizar com mais rigor, as instituições escolares, e articular junto com gestores e professores, capacitando esses profissionais, afim de campanhas de respeito sobre identidade de gênero, e orientação sexual, e/ou sobre a retificação, partindo do pressuposto que o nome social, de tal forma é uma medida paliativa, pois se a pessoa transgênero utiliza do nome social, é porque ainda não é retificada e/ou retificado, acredita-se que com essas medidas, transformaria esses espaços livres de transfobia e diminuiria os casos de evasão escolar.

O Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco 2021-2023 afirma a responsabilidade do Estado, de garantir a permanência das pessoas trans nas escolas, e conscientizar toda sociedade a respeitar essas pessoas. Estão com a proposta do programa de elevação educacional e empregabilidade, que tem como objetivo principal proporcionar a

elevação da escolaridade de travestis e transexuais, combatendo a transfobia institucional nas escolas de Pernambuco, diminuindo o índice de evasão, oferecendo uma melhor preparação para inserção ao mercado de trabalho com ofertas de cursos profissionalizantes como educação financeira. Acredita-se em um Pernambuco melhor para essa população trans, fazendo jus ao Estado que mais possui mecanismo LGBTQIA+.

4. MERCADO DE TRABALHO PARA TRAVESTIS E MULHERES TRANS

Pires (2021), relata que os corpos das travestis ainda estão ausentes dos espaços de trabalho. As instituições ainda as excluem com os mecanismos reciclados de Tarântula. É o que vemos de modo palpável quando percebemos ainda os mesmos sintomas sociais de exclusão. Enquanto as instituições aceitaram passivamente as imposições de governos antidemocráticos, e não se opõe e se dispuseram a rever as suas estruturas, teremos ainda as marcas de um tempo sombrio. A estrutura social imposta por estes regimes políticos imputava aos corpos das travestis uma condição de marginalidade, abjeção e silenciamento, negando o acesso a direitos civis básicos e impondo relações de trabalho irregulares, como prostituição.

Pires (2021), enfatiza que a redemocratização burguesa no Brasil carrega as marcas das estruturas sociais já instaladas no país. As instituições arquitetadas e reorganizadas excluíam e ainda excluem de forma orgânica os corpos dissidentes da centralidade social e impedem participação efetiva destes na construção de uma nova realidade deveras democrática.

A princípio, as travestis e mulheres trans utilizam da profissão do sexo como via de renda e sobrevivência e por não possuírem outras possibilidades, mediante a falta de oportunidades em se adentrar ao mercado de trabalho formal. Existe uma grande adversidade para se inserir, tendo em vista que as empresas não contratam, e quando admitem existe a dificuldade de permanência, partindo do pressuposto do impasse que encontram na utilização do sanitário feminino, o uso do nome social quando não são reitificadas. Inúmeros são os desafios, que se desdobram desde da sua possível entrada, bem como sua permanência.

A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil incide desde 2017 na elaboração de um perfil sociodemográfico das travestis e mulheres trans que vivenciam o território brasileiro, buscando apresentar os primeiros números desta população. Tendo como finalidade contabilizar o contexto de vulnerabilidade social que caracteriza as vivências das pessoas trans no Brasil (REDETRANS; CENSO TRANS; FRANÇA, 2022, p. 18).

Contornando o trabalho no qual deveria ser feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que promove política semelhante com o restante da população que mora em todo o país, nunca se estimou o quantitativo de pessoas trans, porém, recentemente, em maio de

2022, o IBGE compartilhou a primeira pesquisa com Lésbicas, Bissexuais e Gays (apenas observando a orientação sexual dos pesquisados e pesquisadas) e renunciou a população T - Travestis, Mulheres Trans, Homens Trans e Pessoas não binárias (deixando de fora a identidade de gênero) colocando-as fora dos resultados. Diante do apoio financeiro do Fundo Positivo, foi possível reunir várias lideranças do país na diligência de traçar um plano ousado de cobrir todo o território nacional para vir a ser pesquisado (REDETRANS, CENSO TRANS, FRANÇA, 2022, p. 18).

Relacionados a essa população trans, nunca foram sequer decodificados, são dados baseados no “achismos” sem comprovação científica em que a Rede Trans Brasil¹³ traçou o primeiro perfil dessa população, fato inédito e comemorado por todas as pessoas trans (REDE TRANS, CENSO TRANS, FRANÇA, 2022, p. 18).

As travestis e mulheres trans esbarram na precariedade, na ocupação de um espaço no mercado de trabalho, sem experiência, grau de instrução, ocorrendo o contato precoce com a prostituição e o mundo das drogas por consequência. Segundo a Rede Trans Brasil, a partir dos dados sistematizados pelo Censo Trans 89,5% da população de travestis e mulheres trans, são profissionais do sexo, confirmando um antigo número de que “90% das pessoas trans se prostituem” (REDE TRANS, CENSO TRANS, FRANÇA, 2022, p. 19).

A empregabilidade e a geração de renda é um dos grandes desafios de acesso à cidadania plena das travestis e mulheres trans. O trabalho e geração de renda é um mecanismo fundamental no processo de enfrentamento às violações e rompimento dos estigmas que esses corpos carregam, e mesmo essas pessoas trabalhando de maneira formal ou autônomas, não se reconhecem enquanto trabalhadoras, e as poucas que adentram no trabalho formal tem que conviver com constantes assédio tendo que diariamente provar sua habilidade, pois, ao menor dos erros, logo sua capacidade técnica é posta à prova (REDE TRANS, CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 23).

No âmbito das relações de trabalho, os dados explicitados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que há dificuldades para o respeito às orientações sexuais que não afirmam a heterossexualidade. Cotidianamente, as pessoas LGBTQIA+ sofrem com a

¹³ Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – REDETRANS Brasil teve sua fundação e registro no ano de 2009 na cidade do Rio de Janeiro, instituição nacional que representa as travestis, mulheres e homens transexuais do Brasil. A Rede Trans Brasil coloca-se como instrumento de expressão da luta pela garantia dos Direitos Humanos e da cidadania plena de Travestis e Transexuais, masculinos e femininos, contra quaisquer formas de discriminação, além de priorizar o fortalecimento de políticas públicas nas três esferas governamentais e na garantia de uma legislação, a nível nacional, que ampare a nossa comunidade, para que seja possível o exercício pleno da cidadania e o combate à violência e à discriminação cometida contra travestis, homens e mulheres transexuais no Brasil (Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf>. Acesso em 28 jun. 2022).

discriminação e o preconceito em locais públicos e instituições. De acordo com o relato de diversas organizações que atuam pela defesa de lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e pessoas Intersexo; são muitas as violações no âmbito do trabalho: assédio sexual, dificuldade de inserção, exclusão no processo de seleção, bloqueio na ascensão funcional, piores condições de trabalho e demissão (REDE TRANS, CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 24).

As consequências desse quadro, sob o ponto de vista psicossocial, têm sido bastante prejudiciais. A discriminação em função da orientação sexual leva ao isolamento, à clandestinidade e à marginalização; Na conjuntura atual, houve pequenas mudanças, mas a situação do mercado é cada vez pior para as minorias. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, a taxa de desemprego no Brasil chegou a 14,7%, e os corpos trans femininos continuam apenas aparecendo em estatísticas não oficiais; pois, no momento da contratação, o empregador, mesmo que indiretamente, pode eliminar da vaga, em decorrência de sua aparência, quanto menos passibilidade maior o número de preconceito e também pelo nome social; assim vivem assoladas pela prostituição e subempregos, com o único fim de manter a subsistência, o que é intensificado pela falta de oportunidades de estudos, de políticas que não apenas incluam, mais garantam a permanência (REDE TRANS, CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 23).

A constante busca por emprego conflita-se com a necessidade da sobrevivência. Na autodeclaração de cor e raça mostra que 58,7% do total das respondentes do Censo Trans são pretas ou pardas; as questões de moradia apresentam o número de 54,2% que residem sozinhas, demonstrando que a única renda que essa população tem é da prostituição para o seu próprio sustento ou sustento de terceiros (REDE TRANS, CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 23).

Ao debater sobre a empregabilidade trans, não é só falar-se de abertura de postos de trabalho, mas a garantia de permanência da travesti e mulher trans, como a construção de ações para um ambiente de trabalho seguro para o exercício das identidades de gênero, assim como a construção de um local de trabalho acolhedor, o que se configura como algo fundamental para garantir a permanência destas sujeitas (REDE TRANS, CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 25).

Existe uma preocupação sobre a seguridade social, o acesso à aposentadoria e ao auxílio a que um trabalhador ou trabalhadora formal, com os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, tem garantido, visto que uma profissional do sexo, sem vínculo de emprego e que não tem condições de pagar a previdência como autônoma, não tem nenhum direito garantido pela previdência brasileira. Realizar as contribuições previdenciárias, de forma autônoma, para as profissionais do sexo, não é uma realidade, considerando para isso o fato de que, não tendo acesso aos benefícios básicos que é garantido pela seguridade social, travestis e transexuais, que têm o trabalho sexual como única fonte renda, vê-se em situação bastante difícil (REDE TRANS,

CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 25).

Os dados expostos pela Rede Trans Brasil, são gerais, pesquisa totalmente ligada ao sobre o perfil sociodemográfico de dez capitais brasileiras. As cidades que foram aplicadas a pesquisa foram: Natal –RN, Porto Alegre-RS, São Paulo - SP, Aracaju-SE, Maceió-AL, Manaus-AM, Fortaleza-CE, Brasília-DF, Goiânia-GO e Recife -PE, contemplando todas as regiões brasileiras e o Distrito Federal. Que reafirmam a urgência de políticas públicas, para as travestis e mulheres trans com projetos de ações, que tragam essa população a espaços de qualificações profissionais. Dados de uma realidade, no qual precisa ser mudada (REDE TRANS, CENSO TRANS, GOMES, 2022, p. 25).

Conforme as fontes de jornais utilizadas, foi possível ter alcance de notícias que trazem relatos de uma mulher trans que vivenciou a discriminação no campo de trabalho em uma cidade metropolitana do Recife, que, a seguir, poderemos ler o relato:

Na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife, Abby Moreira tornou-se a primeira mulher trans do país a assumir uma vaga de Guarda Civil Municipal. Contudo, o feito não impede de Abby ser vítima da transfobia. A servidora sofreu práticas transfóbicas no ambiente de trabalho. Segundo Abby, além do corte de gratificações salariais, houve uma articulação feita pelo comandante, que provocou o afastamento dela do trabalho na Guarda. A funcionária sofre com a violência desde que assumiu o cargo e relata que nunca sofreu ataque direto, exceto os olhares condenatórios de pessoas se negando a trabalhar com a mesma (MARCO ZERO CONTÉUDO, 2022). Observa-se que mesmo dentro do espaço de trabalho, para as travestis permanecerem é desafiador, diante de toda transfobia que são submetidas.

O mercado de trabalho não recebe, as travestis e mulheres trans é necessário a formulação de políticas públicas, ações, e projetos para inclusão dessas pessoas ao campo de trabalho. Uma vez que, não podem ser jogadas em vagas de emprego, de fato precisa-se analisar o perfil das instituições, pensando se possuem estruturas para receber essas pessoas, e se vão respeitar sua identidade de gênero.

No dia 29 de janeiro é comemorado o *Dia Nacional da Visibilidade Trans*, com isso, muitas instituições fazem posts parabenizando a população trans¹⁴.

Flor (2021), afirma que as pessoas reduzem os debates ao “direito de amar”. Evidentemente, o amor é algo que as travestis e as mulheres trans reivindicam, mas não se pode cessar as discussões somente nele. A autora conclui que é preciso falar sobre o acesso à educação,

¹⁴ Em 29 de janeiro de 2004, um grupo de ativistas transgêneros foi ao Congresso Nacional se manifestar em favor da campanha "Travesti e Respeito", em um histórico ato político em favor do respeito a diversidade de identidade de gênero no Brasil. Lideranças pioneiras da causa, como Fernanda Benvenutty, Kátia Tabety e Keila Simpson estiveram na coordenação do movimento. Desde então, a data passou a ser utilizada para o Dia da Visibilidade Trans, uma afirmação da importância de dar visibilidade às pautas das pessoas transgêneros (GQ GLOBO, 2022).

saúde e o direito de viver.

É necessário ultrapassar a superficialidade de datas comemorativas e de querer passar a imagem que aceitam tal minoria social, no entanto não oferecem vagas para inserção das mesmas ao mercado de trabalho. As empresas usam das causas sociais para se autopromover e assim se apresentar como instituições acolhedoras e zero transfóbicas.

Mas na prática, de fato, não contratam ninguém. O que podemos perceber nas leituras desenvolvidas de fato a sociedade civil, bem como o sistema de governo atual, não aceitam que travestis e mulheres trans vá tão longe, colaborando para que o limite dessas pessoas seja, em empregos informais, e/ou calçada do sexo, o único lugar que se possa estar.

As travestis e mulher trans são totalmente carentes de políticas públicas e do olhar empático, com sub julgamentos de pessoas que não se detêm da sensibilidade de entender o que essas pessoas são submetidas no seu dia-a-dia, que só pelo fato de passar na rua, sofrem com xingamentos e piadas transfóbicas, ao sair de casa não sabem se voltam, sendo vinculado a violência que são expostas. O compromisso com a vida desse público trans feminino, é urgente, precisa-se dar atenção às pautas como de qualificação profissional e de empregabilidade, precisam ser discutidas.

O Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+ de Pernambuco 2021-2023, lançou propostas em seu plano sobre a população trans, a “casa de atenção integral a travestis e pessoas trans” que tem como objetivo principal: acolher integralmente a população de pessoas trans e travestis, servindo como ponto de apoio e cuidado a todas essas pessoas do estado de Pernambuco.

Tendo como proposta trabalhar na ampliação e articulação conjunta com o Ministério do Trabalho, na implementação de políticas de combate à discriminação/exclusão no ambiente de trabalho, incluindo programas de políticas afirmativas existentes, como gênero, raça, pobreza, emprego – GRPE e da fiscalização do trabalho, o combate à discriminação de travestis e transexuais, bem como políticas de acesso ao emprego, trabalho e renda.

Propondo que a equipe interdisciplinar, seja composta por pessoas trans e travestis, priorizando não-brancas, com intuito do próprio Estado proporcionar vagas de acessibilidade ao mercado de trabalho, se propondo como projeto modelo. Criando, promovendo e executando espaços formativos com foco em empregabilidade, combatendo a vulnerabilidade socioeconômica atentando o fomento à autonomia e preparação para inserção no mercado de trabalho.

Conta, também, com o programa de elevação educacional e empregabilidade que tem por objetivo melhor preparação para inserção de pessoas trans e travestis, com a oferta de cursos profissionalizantes, como forma de incentivo à aderência dessas pessoas ao mercado de trabalho,

garantindo articulações e parcerias com empresas públicas e privadas.

Com o aumento da recessão, do desemprego e da transfobia no mercado de trabalho, este recorte populacional é compelido ao subemprego, a atividades insalubres e sem nenhuma margem de segurança e regulamentação, como a prostituição compulsória (PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DE PERNAMBUCO, 2021-2023).

Os dados de desemprego no Brasil foram divulgados, na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD Contínua). O estudo aponta que, na liderança do ranking de desemprego, Pernambuco perdeu só para a Bahia, com 17,6%. O estado tem uma força de trabalho calculada em 4,2 milhões de pessoas. Desse total, 3,5 milhões estavam ocupadas, entre janeiro e março. O economista Tiago Monteiro aponta que Pernambuco tem, historicamente, de 4% a 5% mais desempregados em relação à média nacional. A PNAD contínua aponta que, na média nacional, a taxa desemprego ficou no 11,1%. A pesquisa mostrou, ainda, estabilidade frente ao 4º trimestre, mas com a falta de trabalho ainda atinge quase 12 milhões de brasileiros. “É um estado de uma complexidade muito baixa de emprego. Tem uma carência muito alta de mão de obra qualificada onde é possível você ver vagas de emprego de alta qualificação e sem ter a capacidade”, afirmou Tiago Monteiro (G1PERNAMBUCO, NOVELINO, 2022).

Diante do exposto, pode-se pensar, uma mulher e homem cisgênero que se enquadram no padrão de gênero estabelecido pela maioria das instituições, encontram dificuldades para se inserir ao mercado de trabalho, a população trans feminina, que encontram barreiras decorrente a transfobia, nessa situação de desemprego encontram ainda mais dificuldades para se inserir ao campo de trabalho. É importante destacar a escassez de estudos que debatem sobre essa temática da empregabilidade de pessoas trans, são bastante silenciadas e para se compreender melhor a situação e particularidades dessas pessoas, é necessário problematizar acerca dessa temática.

5. ARTICULAÇÃO E MOVIMENTO PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE PERNAMBUCO (AMOTRANS – PE): ESPAÇO PIONEIRO EM RECIFE QUE VISIBILIZA À FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO A POPULAÇÃO TRANS

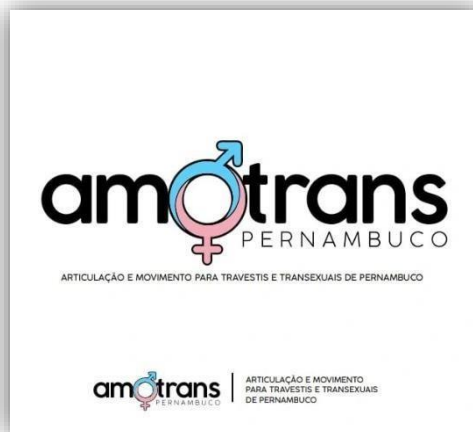


Imagem 1: Logomarca da AMOTRANS-PE. Fonte: Instagram.

A presente pesquisa se debruçou em analisar o espaço pioneiro existente na cidade do Recife que tem como objetivo possibilitar meios de luta para a qualificação profissional da população trans do estado de Pernambuco. A partir dos estudos bibliográficos e documental, com os jornais, foi percebido a existência da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco, e mediante a esse fato, foi realizado visitas de campo, de cunho observacional, à instituição para obtenção de informações e elementos pertinentes para a construção deste artigo científico.

A Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS – PE) é uma associação sem fins lucrativos. Fundada em 2008, a AMOTRANS está localizada na Rua Gervásio Pires, Santo Amaro, 234, no 7º andar do Edifício Brasil Norte. Historicamente a instituição teve seu primeiro endereço na Rua dos Médicos, nº 68, Boa Vista, Recife-PE. Fruto de um projeto da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – (ANTRA), chamado projeto tulipa, consistia em criar instituições que lutassem em prol dos direitos da população trans.

Em análise, foi visto que na capital pernambucana não existia uma instituição que desse voz e visibilidade às travestis, e motivada a essa ausência, se deu a criação da entidade. Suas fundadoras são Alenca Barros, Cecília Patrício, Monike Rodrigues, Gleiciane Andrade e Francine Correia travestis que tinham como perspectiva fundar uma instituição em prol das travestis e transexuais do estado de Pernambuco.

Para Arraes (2017), a AMOTRANS é uma entidade construtora de pontes. Pontes seguras, sólidas, para incluir seus e suas integrantes na sociedade de forma igualitária, orientando as pessoas sobre seus direitos, saúde, educação e cidadania através de palestras, reuniões, oficinas, debates e lutas. Nasceu para fazer valer o direito e ao reconhecimento da cidadania; contribuindo

assim, para a socialização e desmistificação de estigmas advindos de uma construção social centenária de ignorância e desconhecimento acerca do universo da população trans.

Chopelly Santos (2017), relata que a trajetória da AMOTRANS de luta pela garantia dos direitos da pessoa trans e travestis começou antes mesmo de antes da entidade ser criada, com alguns ativistas participando de eventos regionais, nacionais e da campanha promocional do Ministério da Saúde, em 2004. Aborda que, atualmente as travestis ocupam espaços em diversas entidades e conselhos, tem-se uma representatividade. Toda pessoa trans e travesti de Pernambuco, mesmo sem ter ouvido falar na AMOTRANS, desfruta de políticas que têm como referencial a instituição.

Chopelly Santos é a coordenadora geral da AMOTRANS, uma figura importante para a população trans do estado de Pernambuco. Natural do município de Limoeiro, técnica de enfermagem e ativista, foi a primeira travesti a receber o título de cidadã recifense como forma de reconhecimento e sua contribuição na luta de formulação de políticas públicas e direitos do movimento LGBTQIA+ (ALMA PRETA JORNALISMO, 2022). Chopelly é uma referência para as mulheres trans do estado de Pernambuco, pois não se deixou vencer pelo preconceito nem pela rejeição. Assume a responsabilidade em garantir mais direitos para as mulheres transexuais e travestis, para que não entendam apenas de dor.

A entidade conta com um corpo profissional formado por coordenadores gerais, coordenadores administrativos, pedagógicos e financeiros, agente ocupacional, terapeuta ocupacional, psicóloga e professores capacitados para os cursos de empreendedorismo e cooperativismo.

Atualmente, a instituição possui mais de 200 pessoas afiliadas, que chegam a AMOTRANS através das redes sociais, e “boca a boca”. De acordo com informações obtidas na visita de observação passadas pelas colaboradoras da AMOTRANS, o público usuário tem acesso a recebimento de cestas básicas, mediante a situação social vivida. Para a realização dos cursos profissionalizantes oferecidos, as alunas e alunos recebem passagem para se deslocar até a entidade.

A linha de atuação da AMOTRANS, se dá por meio de projetos e serviços com o oferecimento de cursos profissionalizantes. Podemos elencar alguns como: o projeto Ponto Certo, por exemplo, oferece qualificação profissional em costura criativa, empreendedorismo e cooperativismo para jovens travestis e transexuais da Região Metropolitana e Agreste de Pernambuco. O curso de capacitação em recepcionista e informática para mulheres travestis, lésbicas e bissexuais. O curso de barbearia voltado para os homens trans é chamado projeto BIGODIN. O curso sobre pequenos negócios para grandes mulheres, que é uma jornada de aprendizado de empreendedorismo feminino com impactos sociais. O projeto beleza de ser no

qual é oferecido o curso de automaquiagem. Diante do exposto, podemos perceber que todos os cursos oferecidos têm o objetivo de capacitar as pessoas trans em busca da empregabilidade formal, qualificação para o mercado de trabalho, assim, criando oportunidades de inclusão.

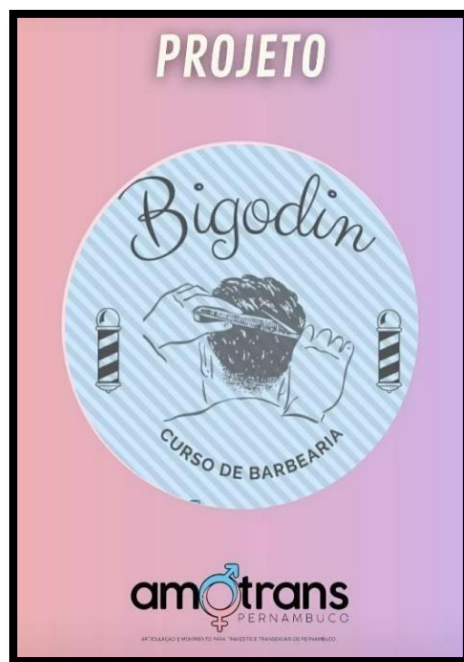
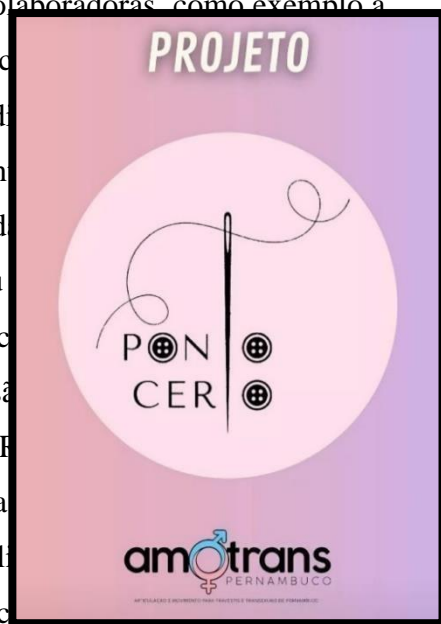


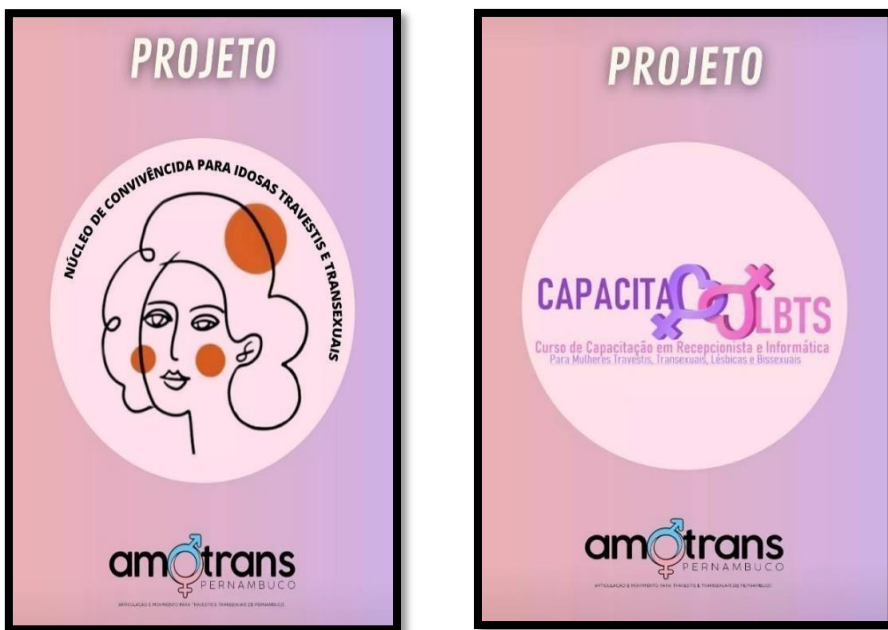
Imagem 2: Informativo de um dos cursos profissionalizantes da AMOTRANS-PE nas redes sociais. Fonte: Instagram.

A AMOTRANS possui um núcleo de acolhimento para as travestis da terceira idade (idosas), no qual foi criado no período da pandemia da COVID-19, devido as idosastrans estarem entrando em um quadro de depressão diante do isolamento social. A terapia funciona no formato de roda de diálogo, atendimento psicológico, para que as participantes trans possam desabafar, conversar, externar suas vivências e dificuldades psicológicas. O objetivo do núcleo é tratar a saúde mental das idosas trans. O projeto foi criado em parceria com a Gerência da Pessoa Idosa do Recife.

A Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco junto a travesti Alehxya Suzana, colaboração da instituição também leva ações voltadas ao público trans que se encontram nos presídios da Região Metropolitana, como o presídio de Igarassu e no presídio Marcelo Francisco de Araújo, conhecido como PAMFA. A atuação da instituição neste campo é oferecer às travestis e mulheres trans, que estão no sistema penitenciário, cursos profissionalizantes de variadas áreas, como cabeleireiro, de artesanato, oficina de pães, curso de design de sobrancelha, manicure e pedicure, maquiagem, dentre outros. Uma vez que, com a realização dos cursos ofertados tem-se a redução da pena das travestis e mulheres trans, ou seja, a cada dia de curso, um dia de redução da sua pena. Outra particularidade está na possibilidade de renda com a venda dos produtos produzidos, como pães e artesanatos.

Mediante a visita à instituição, foi analisado que a AMOTRANS, no oferecimento dos cursos profissionalizantes, consegue formar e capacitar dando retorno às colaboradoras, como exemplo a travesti Mirella Santos, que foi aluna de cursos na instituição, e se capacitando para a profissão de maquiadora. Outra oportunidade foi se tornando auxiliar administrativo, parte do corpo administrativo da instituição, aumentando sua capacidade profissional. Devido a isso, sua perspectiva de vida mudou, construindo um novo rumo para sua história de vida, que vivenciou dificuldades em sua adolescência no campo escolar, sofrendo agressões físicas e transfóbicas experienciadas por Mirella contribuíram para sua evasão escolar. Com o apoio dos gestores, docentes e os pais, retomou seus estudos. Por meio da AMOTRANS na sua trajetória de vida e acredita na melhoria de uma sociedade com mais implementações de políticas públicas voltadas para o público de variadas mulheres travestis que passaram pela construção educacional. Por isso, é destacável apresentar os posters dos projetos presentes na AMOTRANS:





Imagens 3: Informativo dos projetos profissionalizantes da AMOTRANS-PE nas redes sociais. Fonte: Instagram.

Com a criação da AMOTRANS, a cidade do Recife tornou-se uma capital que tende a visibilizar a população trans, criando políticas públicas para esse público, obtendo mais mecanismos LGBT, como um ambulatório com o nome de uma travesti. Patrícia Gomes é o nome dado à unidade de saúde, uma homenagem a uma das fundadoras da AMOTRANS, que atuou na promoção dos direitos e cidadania das mulheres trans na cidade do Recife. O ambulatório LGBT Patrícia Gomes se localiza na Estrada dos Remédios, nº 2416, bairro Madalena, Recife – PE¹⁵. Com a criação da AMOTRANS também, tencionou travestis empregadas ocupando cargos dentro da gestão, nas instituições que representam o público trans, e tornando o estado de Pernambuco reconhecido nacionalmente que mais possui mecanismos LGBT, inúmeras vitórias que a instituição conseguiu junto ao governo para transformar a vida das travestis e transexuais.

As travestis e transexuais recebem na AMOTRANS orientações sobre seus direitos e apoio em diversos setores, em grande parte são encaminhadas ao Centro de Referência em cidadania LGBT, localizado na Rua dos Médicos, nº 86, no bairro da Boa Vista, na cidade do Recife que funciona como articulador de uma rede de proteção e garantia dos direitos à população LGBT, com intuito de minimizar a vulnerabilidade que este público é exposto.

Possibilitando de forma gratuita serviço de atendimento jurídico, psicológico e assistência social.

As redes sociais da AMOTRANS nos oportunizam ter acesso a depoimentos de pessoas

¹⁵ Informações recolhidas em <https://www.redetransformacao.com.br/product-page/ambulat%C3%B3rio-lgbt-patricia-gomes>.

trans e suas vivências, como no caso de Di Santos, pessoa não binária que atua quanto militante LGBTQIA+. Atua como assistente social do ambulatório LGBT da cidade de Camaragibe, região metropolitana do estado de Pernambuco, e está como coordenador técnico “A Beleza de Ser”, um dos projetos sociais da AMOTRANS. Santos afirma que o projeto contribui para a mudança do cenário excludente de desemprego entre travestis e transexuais da região, capacitando para geração de trabalho e renda bem como também, promovendo aos/às participantes a formação técnica com noções básicas de maquiagens, limpeza de pele e empreendedorismo e consciência sociopolítica para desfechos direitos sociais. A propósito, a missão da AMOTRANS é de lutar pela implementação de políticas públicas para travestis e transexuais e capacitá-las com os cursos para que consigam empreender e possam se inserir ao mercado de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou visibilizar o olhar inclusivo sobre as travestis na cidade do Recife, salientando acerca dos direitos sociais, especificamente a formação profissional e o mercado de trabalho. A empregabilidade para as travestis ainda é um assunto pouco discutido, visto que as mesmas têm dificuldade na obtenção do emprego formal. Com isso, utilizam da prostituição e da informalidade para se sobreviver. Percebe-se a negação dessa empregabilidade decorrente da transfobia, precisando, também, ter um debate educacional, sobre a formação profissional dessas pessoas. Todo esse debate reforça a necessidade da criação de políticas públicas que garantam o direito desse público de entrar no mercado de trabalho e ter seus direitos constitucionais garantidos.

Para desenvolver esse trabalho, foi de tal importância estudar o conceito de transfobia, a percepção de quem são as travestis fazendo um percurso histórico sobre a sua identidade, leituras das matérias de jornais que abordam os casos de transfobia em Recife, bem como, na apresentação e análise da instituição precursora, a AMOTRANS.

Diante do exposto, o objetivo geral foi analisar o espaço pioneiro existente em Recife que possibilita a luta pela visibilidade das travestis sobre as políticas sociais direcionadas ao mercado de trabalho. Sendo a Articulação e Movimento para Travesti e Transexuais de Pernambuco (AMOTRANS-PE) instituição que atua na inclusão social de pessoas trans, formando e/ou preparando esse público para geração de trabalho e renda. E viabilizando políticas públicas na luta pela garantia dos direitos sociais para esta população. Para se atingir uma compreensão dessa realidade, definiram-se dois objetivos específicos. O primeiro de visibilizar a entidade precursora na promoção das ações na formação profissional para as travestis na capital pernambucana,

Recife. Como foi exposto a AMOTRANS no intuito de divulgar o trabalho, tão necessário para o público trans. E o segundo ressaltar a importância da inserção das travestis e mulheres trans ocupando espaços dentro do mercado formal e sua profissionalização.

Com isso, nos faz concluir a urgência de se posicionar em relação a transfobia, não deixando apenas para as pessoas trans esse compromisso, sendo necessário somar junto aos movimentos que lutam em prol de uma sociedade mais igualitária. Como estudante do curso de Serviço Social, acredito que é de suma importância produzir respostas por meio da orientação, mesmo não sendo meu lugar de fala, debater esse tema é urgente, dando voz as travestis e mulheres trans, que por tanto tempo, foram silenciadas, informando a população cisgênero, o que esses corpos são submetidos.

O compromisso histórico do Serviço Social, junto aos movimentos sociais, visa contribuir com os grupos sociais e pessoas que lutam por condições de vida e trabalho, que sofrem opressões econômicas, de classes, gênero e de orientação sexual. Os governos municipal e estadual precisam fortalecer os equipamentos públicos LGBTQIA+, e precisam fazer isso dialogando com ONGs parceiras, com os movimentos sociais. Proporcionando campanhas, investimento em políticas LGBTs. Pensando, também, sobre quais estratégias de comunicação serão criadas para informar a sociedade civil, sobre a importância de respeitar as travestis e das instituições empregatícias em empregar essas pessoas.

O objetivo do trabalho foi alcançado devido ao acesso aos autores da temática, principalmente por na sua maioria serem escritores/as trans, no quais possuem total propriedade e vivência na discussão desse tema. A perspectiva de visibilizar a instituição pioneira AMOTRANS, que atua com a população trans em Recife, será de grande relevância a continuidade mediante a outros olhares na perspectiva de estudo de outras organizações que trabalham, na mesma linha de atuação na luta pelos direitos do públicotrans. Como a Nova Associação de Travestis e Pessoas Trans de Pernambuco – NATRAPE. Sendo uma entidade da sociedade civil organizada que atua na promoção de Direitos Humanos. Entretanto, caberá nos estudos posteriores desenvolver uma ampliação na pesquisa, por meio da análise de atuação da instituição referente a luta pela visibilidade das pessoas trans em Pernambuco, bem como Recife, analisando também a historicidade das travestis e mulheres trans de Recife que marcaram sua trajetória de luta, trazendo também um recorte sobre raça e classe social que, devido às inconsistências da COVID-19, não foram adicionadas ao trabalho.

REFERÊNCIAS

- ANTRA. **O que sua empresa faz pela inclusão de travesti e transexuais.** São Paulo, SP. 20 abri. 2022. Antraoficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcLKNurrPmO/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 21 maio. 2022.
- A VERDADE. **Operação Tarântula: polícia violentou cerca de 300 travestis em São Paulo.** c2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/03/operacao-tarantula-policia-violentou-cerca-de-300-travestis-em-sao-paulo/>. Acesso em 18 jun. 2022.
- ALMEIDA, G. **Série: assistente social no combate ao preconceito.** 2016. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Brasília (DF), 2016. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em 20 maio. 2022.
- AGÊNCIA BRASIL. **MEC autoriza uso de nome social na educação básica paratrustis e transexuais.** MARTINS, Brasília (DF), 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/mec-autoriza-uso-de-nome-social-na-educacao-basica-para-travestis-e>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- ALICE, R.; CAMELO, M.; LIMA, L. **II congresso brasileiro virtual de diversidade sexual e de gênero: seguridade, educação, saúde, família, debates interdisciplinares.** 2021. 233 f. Recife. 2021
- AH- Aventuras na História. **Operação Tarântula: a ação da polícia de São Paulo que “caçava” travestis.** São Paulo, SP: AH, c2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/operacao-tarantula-acao-da-policia-de-sao-paulo-que-cacava-travestis.phtml>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- ALMA PRETA JORNALISMO. **Entrevista: Ana Flor Rodrigues, 1º travestipedagoga UFPE, não quer ser a única.** São Paulo, SP: ALMA PRETAJORNALISMO, 2021c. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/entrevista-ana-flor-rodrigues-1-travesti-pedagoga-da-ufpe-nao-quer-ser-a-unica>. Acesso em 09 maio. 2022.
- ALMA PRETA JORNALISMO. **Conheça Chopelly Santos a primeira mulher trans a**

receber o título de cidadã recifense. São Paulo, SP: ALMA PRETA JORNALISMO, c2022. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/conheca-chopelly-santos-a-primeira-mulher-trans-a-receber-o-titulo-de-cidada-recifense>. Acesso em 09 maio. 2022.

_____. **Estudante denuncia gestor de escola por transfobia e intolerância religiosa.** São Paulo, SP: ALMA PRETA JORNALISMO, c2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/estudante-denuncia-transfobia-e-intolerancia-religiosa-por-parte-de-gestor-de-instituicao-de-ensino>. Acesso em 09 maio. 2022.

_____. **As dificuldades das pessoas transexuais no acesso à educação.** São Paulo, SP: ALMA PRETA JORNALISMO, c2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/as-dificuldades-das-pessoas-transexuais-no-acesso-a-educacao>. Acesso em: 09 maio. 2022.

BRASIL DE FATO PERNAMBUCO. **Duas estudantes são vítimas de transfobia em escola estadual de Pernambuco.** Recife, PE: BRASIL DE FATO PERNAMBUCO, c2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/25/duas-estudantes-sao-vitimas-de-transfobia-em-escola-estadual-de-pernambuco>. Acesso em: 15 maio. 2022.

BRASIL DE FATO PERNAMBUCO. **Transexualidade deixa de ser considerada transtorno mental pela OMS.** Recife, PE: BRASIL DE FATO PERNAMBUCO, c2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/20/transexualidade-deixa-de-ser-considerada-transtorno-mental-apos-28-anos>. Acesso em: 12 maio. 2022.

_____. **Há 13 anos no topo da lista, Brasil continuando país que mais mata pessoas trans no mundo.** São Paulo, SP: BRASIL DE FATOPERNAMBUCO, c2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BLASTINGNEWS BRASIL. **Operação tarântula: a caça as travestis no brasil durante os anos 1970 e 1980.** São Paulo, SP: BLASTINGNEWS BRASIL, c2016. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/brasil/2016/08/operacao-tarantula-a-caca-as-travestis-no-brasil-durante-os-anos-1970-e-80-001082057.html>. Acesso em: 09 jun. 2022.

BLUEVISION. **O que significa a sigla LGBTQI+?** 2017. Disponível em: <https://bluevisionbraskem.com/desenvolvimento-humano/o-que-significa-a-sigla-lgbtqia>. Acesso em 10 jun. 2022.

CGT - Cadernos de Gênero e Tecnologia. **Um estudo sobre a inclusão dos LGBTTT no mercado de trabalho.** Curitiba, PR: CGT, c2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/10813>. Acesso em 11 jul. 2022.

CONQUISTA DA LUTA LGBTQI+. **Live lutas e conquistas LGBTQI+ com Chopelly Santos.** 2021. 1 vídeo (53 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sXz09bhPJuk&t=227s>. Acesso em 19 maio. 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. **Empregabilidade de pessoas trans e travestis é tema de audiência pública.** 2022. 1 vídeo (2:16min). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IvyKuxCVZHM>. Acesso em 21 maio. 2022.

_____. **Ativista Chopelly Santos recebe Título de Cidadã do Recife.** Recife, PE: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, c2022. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/2022/02/ativista-choppely-santos-recebe-titulo-de-cidada-do-recife>. Acesso em 14 jul. 2022.

_____. **Vereadora faz homenagem à Amotrans-PE.** Recife, PE: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, c2017. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/vereadora-faz-homenagem-a-amotrans-pe-1>. Acesso em 14 jul. 2022.

_____. **Empregabilidade de pessoas trans e travesti é tema de audiência pública.** Recife, PE: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, c2022. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/2022/05/empregabilidade-de-pessoas-trans-e-travestis-e-tema-de-audiencia-publica-realizada-por-ivan-moraes>. Acesso em 21 maio. 2022.

CALDAS, M. **Travesti não se traduz.** Hysteria. São Paulo, 08 abril. 2022. Disponível em: <https://hysteria.etc.br/>. Acesso em 07 jun. 2022.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. **Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no conjunto CFESS-CRESS.** Brasília, DF: CFESS, c2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1616>. Acesso em 17 maio. 2022.

CENSO TRANS. **Sem motivo para orgulho: diálogo e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil.** São Paulo, SP: CENSO TRANS, c2022. Disponível em: http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

FLOR, A. **O Brasil é um país que naturalizou um projeto de marginalização das travestis.** São Paulo, SP. 29 ago. 2019. Anaflor. Tdetravesti. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B1wL_hiHM78/?igshid=YmMyMTA2M2Y=. Acesso em 23 maio. 2022.

_____. **Brasil: um país que aprendeu odiar as travestis.** São Paulo, SP. 06 mar. 2020. Anaflor. Tdetravesti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9ZNIqinNqN/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 09 jun. 2022.

_____. **Brasil, um país em que adolescentes estão aprendendo odiar travestis.** São Paulo, Sp. 26 jul. 2021. Anaflor. Tdetravesti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRz8PQLL9EN/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 09 jun. 2022.

_____. **Reduzir os debates LGBTs ao “direito de amar”.** São Paulo, Sp. 01 jul. 2020. Anaflor. Tdetravesti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCHAy9LpgmP/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 09 jun. 2022.

FLOR, A. **Se tem transfobia, se posiciona, gente.** São Paulo, Sp. 12 ago. 2020. Anaflor. Tdetravesti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDyON4knTki/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 09 jun. 2022.

_____. **Ter medo de travesti.** São Paulo, Sp. 01 abr. 2020. Anaflor. Tdetravesti. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-dVSwOnGqt/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 19 jun. 2022

GALVÃO, A. **Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais.** 2014. 17 f. São Paulo. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBTQIA+ (2021-2023),** 2021.

GQ GLOBO. **Dia da Visibilidade Trans: Por que respeito à identidade de gênero é celebrado no Brasil em 29 de janeiro.** VENAGLIA, São Paulo, SP: GQ GLOBO, c2022. Disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/Comportamento/noticia/2022/01/dia-da-visibilidade-trans-por-que-respeito-identidade-de-genero-e-celebrado-no-brasil-em-29-de-janeiro.html>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

G1 GLOBO PERNAMBUCO. **Pouca qualificação e muita gente que perdeu auxílio da pandemia: entenda 2º lugar de PE no ranking nacional de desemprego.** NOVELINO, Recife, PE: G1 GLOBO PERNAMBUCO, c, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/05/13/pouca-qualificacao-e-muita-gente-que-perdeu-auxilio-da-pandemia-entenda-2o-lugar-de-pe-no-ranking-nacional-de-desemprego.ghtml>. Acesso em: 02 de jul. 2022.

LIMA, R. **Quando você pensa em espaços que travestis estão vem na sua cabeça uma escola.** Recife, PE. 30 mar. 2022. Robeyoncelima. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbujkZlrpLF/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em 19 mai. 2022.

MARCO ZERO CONTEÚDO. **Linn da Quebrada no BBB amplia debate sobre linguagem, corpo e violência de gênero.** Recife, PE: Marco Zero Conteúdo, c2022. Disponível em: <https://marcozero.org/linn-da-quebrada-no-bbb-amplia-debate-sobre-linguagem-corpo-e-violencia-de-genero/>. Acesso em 20 maio. 2022.

_____. **Ministério público recebe denúncia contra chefe da guarda-civil de Jaboatão por transfobia.** Recife, PE: Marco Zero Conteúdo, c2022. Disponível em: <https://marcozero.org/ministerio-publico-recebe-denuncia-contra-chefe-da-guarda-civil-de-jaboatao-por-transfobia/>. Acesso em 20 maio. 2022.

MATHEUS MAZZAFERA. **Qual a diferença de travesti e mulher trans?** São Paulo: MATHEUS MAZZAFERA, 2021. 1 vídeo (10:33). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=quZbUjkCf-U>. Acesso em: 01 jul. 2022.

_____. **Caça as travestis – Operação Tarântula. ?** São Paulo: MATHEUS MAZZAFERA, 2021. 1 vídeo (8:48). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=PRsFnuJDLJk>. Acesso em: 01 jul. 2022.

MONTEIRO, V. CRISTINA M. **Oficinas pedagógicas: discutindo gênero e diversidade sexual**. 2017. 38 f. Rio de Janeiro. 2017.

NUNES, T. **Expulsão familiar de pessoas trans**. Curitiba, PR. 2022. Minha criança trans. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CdVnI6RusCr/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>>>. Acesso em 11 jul. 2022.

PCR - Prefeitura do Recife. **PCR inaugura ambulatório LGBT na Policlínica Lessa de Andrade**. Recife, PE: PCR, c2017. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/16/11/2017/pcr-inaugura-ambulatorio-lgbt-na-policlinica-lessa-de-andrade>. Acesso em 11 jul. 2022.

SILVA, Renan Antônio da; Ferraz, Renato Ribeiro Nogueira. **Um estudo sobre a inclusão dos LGBTTT no mercado de trabalho**. Cad. Gênero e Tecnol., Curitiba, v. 13, n. 42, p. 33-44, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/10813/7388>. Acesso em 10 abr. 2022.

SINETEF UFU FASUBRA. **Operação Tarântula, Ditadura Militar e Ausência de Travestis nas Instituições**. Uberlândia, MG: FASUBRA, c2021. Disponível em: <http://www.sinetefufu.org/noticias/sinetef/operacao-tarantula-ditadura-militar-e-ausencia-ee-travestis-nas-instituicoes/#:~:text=Logo%20ap%C3%B3s%20a%20queda%20do,desta%20maneira%20que%20denominaram%3A%20tar%C3%A2ntula!>. Acesso em 18 jun. 2022.

TRANSDIÁRIO. **Trans e Travesti é a mesma coisa? Com Erika Hilton**. São Paulo: Transdiário, 2019. 1 vídeo (11:12). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0MeAlfHawfQ>. Acesso em: 01 jun. 2022.

TRANSCENDEMOS. **Um mundo informado é um mundo mais justo**. São Paulo, dez. 2020. Disponível em: <https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20uma%20pessoa,foi%20designado%20em%20seu%20nascimento>. Acesso em 29. jun. 2022.

TRIBUNA DE MINAS. **Empregabilidade trans enfrenta desafios no mercado de trabalho**. Minas, BH: Tribuna de Minas, c2021. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/24-10-2021/empregabilidade-trans-enfrenta-desafio-no-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em 18 maio. 2022.

TV GLOBO G1. **STF permite criminalização da homofobia e da transfobia**. Brasília, DF: TV GLOBO G1, c2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 15 de maio. 2022.